



ATA N.º 41

15-05-2019

Aos quinze dias do mês de maio de dois mil e dezanove, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Cuba, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara João Manuel Casaca Português, realizou-se a quadragésima primeira reunião ordinária deste Órgão Executivo, com a participação dos Senhores Vereadores Luís José de Brito Camacho Barriga, Francisco Xavier Candeias Fitas, Maria Jacinta Cardoso Grilo e Noémia Ermelinda Rocha Fragoso Ramos. -----

Participaram também nos trabalhos o Jurista - Chefe da Unidade de Apoio Jurídico, Desenvolvimento, Cultura e Sociedade, Vítor Manuel Parreira Fialho, a quem incumbe a função de prestar os esclarecimentos julgados necessários sobre os assuntos submetidos a deliberação e José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador Técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo. A reunião teve início às nove horas e trinta minutos, depois de todos os membros da Câmara terem tomado os seus lugares e se verificar existir quórum. -----

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Cumprimento do disposto no art.º 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----  
(Em cada sessão ou reunião ordinária dos órgãos das autarquias locais é fixado um período de antes da ordem do dia, com a duração máxima de 60 minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico. -----

Não se registaram intervenções. -----

**BALANCETE DE TESOURARIA REFERENTE AO DIA 14 DE MAIO DE 2019: € 336 246,92.**

#### ORDEM DO DIA: -----

##### 1. DULCE DE FÁTIMA REMECHIDO CARVALHO VASCO. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES E MATERIAL. -----

Solicita a Sr.ª Dulce de Fátima Remechido Carvalho Vasco, a cedência do Pavilhão de Exposições para a realização de uma Festa de Bênção de Fitas do seu filho no dia 25 de maio de 2019, bem como a cedência de mesas e cadeiras para aproximadamente 60

-----  
pessoas. -----  
A Câmara, por unanimidade, deliberou ceder o equipamento para a data pretendida com a redução da taxa de utilização do espaço a 50%, de acordo com a deliberação de 23 de junho de 2010. -----  
-----

**2. GRUPO CORAL RAÍZES DO CANTE. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO PAVILHÃO MULTIUSOS. PEDIDO DE CEDÊNCIA DO CENTRO CULTURAL DE CUBA. PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS.** -----

Solicita o Grupo Coral "Raízes do Cante" de Cuba, a cedência do Pavilhão Multiusos e a cedência do Centro Cultural de Cuba, para realização das atividades inseridas nas comemorações do seu 4.º Aniversário, no próximo dia 18 de maio de 2019, bem como a isenção das respetivas taxas. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 64/2019, da Subunidade Administrativa, e ao abrigo do n.º 2 do art.º 5.º do Regulamento Municipal de Taxas e Preços da Câmara Municipal de Cuba deliberou ceder gratuitamente o espaço, sendo de € 256,76 o valor das taxas sobre o qual incide o pedido de isenção. -----  
-----

**3. LEANDRO'S CIRCUS. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DO CIRCO.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que, a pedido do Sr. Adélio Leandro Pinheiro Torralvo, autorizou a montagem do do Circo Leandro's no recinto da Feira Anual de Cuba, para realização de espetáculos nos dias 24 a 26 de maio de 2019. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----  
-----

**4. GUILHERMINA SERRANO RAMOS. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE ÁGUA EM PRESTAÇÕES. LOCAL DE CONSUMO: RUA DA HORTA DO BICHO, LOTE 1 R/C, ESQ.º, EM**

**CUBA.** -----

Solicita a Sr.<sup>a</sup> Guilhermina Serrano Ramos, titular do contrato de água da morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da quantia proveniente de consumo que tem em dívida e em processo execução fiscal, no valor de € 95,64, em prestações mensais de € 20,00, de acordo com a simulação anexa, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 66/2019, da Subunidade Administrativa e com base no disposto no art.º 196.º do CPPT (DL n.º 433/99, de 26 de outubro), na sua versão atualizada, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**5. GUILHERMINA SERRANO RAMOS. PEDIDO DE PAGAMENTO DE RENDA DE HABITAÇÃO EM PRESTAÇÕES. RUA DA HORTA DO BICHO, LOTE 1 R/C, ESQ.º, EM CUBA.** -----

Solicita a Sr.<sup>a</sup> Guilhermina Serrano Ramos, arrendatária da habitação sita na morada indicada, a possibilidade de poder proceder ao pagamento da renda que tem em dívida, no valor de € 41,00, em prestações mensais de € 10,00, dado que, devido a dificuldades de ordem económica não tem possibilidade de proceder ao pagamento na íntegra. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 67/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamento de forma fracionada, alertando para o facto de que o incumprimento no pagamento de uma dessas prestações pressupõe a liquidação de todas as outras. -----

**6. ANDREIA SOFIA POMBINHO TOMÉ. PEDIDO DE PAGAMENTO DE DÍVIDA DE CAF, EM PRESTAÇÕES.** -----

Solicita a Sr.<sup>a</sup> Andreia Sofia Pombinho Tomé, invocando razões de ordem económica, a possibilidade de poder proceder ao pagamento do valor de € 153,61 que tem em dívida,

referente a frequência de CAF por parte dos seus filhos, propondo o pagamento da fatu-  
ra do mês e de uma atrasada até à extinção total da dívida. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com a Informação n.º 65/2019, da Subunidade  
Administrativa, deliberou atender a pretensão da requerente possibilitando o pagamen-  
to nos termos propostos. -----

#### **7. CENÁRIOAGOSTO UNIPessoal, LDA. PEDIDO DE LICENÇAS ESPECIAIS DE RUÍDO.---**

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que deferiu, a pedido da empresa  
Cenárioagosto, Unipessoal, Lda, a emissão de uma licença especial de ruído para a reali-  
zação de um espetáculo de música ao vivo, na Adega da Lua, em Cuba, no horário com-  
preendido entre as 22,00 horas do dia 10 e as 2,00 horas do dia 11 de maio de 2019. --

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º  
75/2013, de 12/09, designadamente: *"Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por  
motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o  
presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujei-  
tos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabili-  
dade"*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

#### **8. ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS DADORES DE SANGUE DE BEJA. PEDIDO DE ATRI- BUIÇÃO DE SUBSÍDIO. -----**

Solicita a Associação Humanitária dos Dadores de Sangue de Beja a atribuição de um  
subsídio para fazer face a despesas decorrentes da respetiva atividade. -----

A Câmara, por unanimidade, reconhecendo a importância do trabalho desenvolvido  
pela Associação, deliberou conceder um subsídio no valor de € 100,00. -----

#### **9. O MEU DOUTOR - REABILITAÇÃO AUDITIVA PORTUGAL. PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO NA VIA PÚBLICA PARA INSTALAÇÃO DE UMA UNIDADE MÓVEL DE RASTREIO AUDITIVO GRATUITO. -----**

Solicita a Clínica "O Meu Doutor", a cedência de espaço na via pública para instalação de

uma unidade móvel de rastreio auditivo gratuito, com cerca de 20m<sup>2</sup>, num dos dias de 21 a 24 de maio de 2019, das 10,30h às 17.00 horas, bem como um ponto de luz. -----

A Câmara, por unanimidade, com base na Informação nº 69/2019, da Subunidade Administrativa, deliberou autorizar a ocupação de via pública num dos dias propostos mediante o pagamento das taxas correspondentes. -----

#### 10. PROPOSTA DE ARRENDAMENTO DE PRÉDIO AO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi Presente à Câmara a Informação n.º 35/2019, do SAJAI, cujo conteúdo se transcreve:

“Foi-nos presente a minuta do contrato de arrendamento de um prédio sito em Faro do Alentejo, na Rua da Praça, n.º (s) 24 e 25, que o Município pretende arrendar para aí instalar um armazém geral, destinado igualmente à realização de eventos festivos e culturais do Município e da Freguesia de Faro do Alentejo. -----

O arrendamento será celebrado pelo prazo de 3 anos, eventualmente renovável por idênticos períodos, com a renda mensal de € 700,00, valor que será anualmente atualizado nos termos legais, ficando a cargo do Município de Cuba as obras de conservação e manutenção necessárias para o fim a que o imóvel se destina. -----

*Quid jûris?* -----

Determina a alínea g) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, que compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida (ou seja, atualmente, até ao valor de € 530.000,00). -----

No caso concreto, não se trata de uma aquisição no sentido restrito do termo, entendida tal como compra, mas de um arrendamento, através do qual irá ser permitido o gozo temporário de determinado imóvel, mediante o pagamento, ao seu proprietário, de uma renda. -----

De harmonia com o disposto no nº 1 do artº. 1067º do Código Civil (doravante CC), o arrendamento urbano pode ter fim habitacional ou não habitacional, sendo este último o pretendido com o arrendamento *sub judice*, e não pode celebrar-se por mais de 30 anos, conforme especifica o artº. 1025º do mesmo código. No que se reporta ao arrendamento para fins não habitacionais determina o artº. 1110º do CC que as regras relativas à duração, denúncia e oposição à renovação são livremente estabelecidas pelas

partes. -----

De igual modo, estipula o artº. 1111º do CC que as regras relativas à responsabilidade pela realização de obras de conservação, ordinárias ou extraordinárias, são livremente estabelecidas pelas partes. -----

Atento ao prazo previsto de duração do contrato, o mesmo está sujeito à forma escrita, nos termos estabelecidos no artº. 1069º do CC. -----

Por último, tratando-se de um contrato que irá acarretar a assunção de encargos plurianuais, deve, em obediência ao disposto na alínea c) do nº 1 do artº. 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a Câmara Municipal, ao abrigo da competência vertida na alínea ccc) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09, a Assembleia Municipal autorizar a assunção dos encargos decorrentes deste contrato de arrendamento que se prolongarão, em princípio, por 3 anos. -----

Por aplicação das normas constantes no nº 2 do artº. 11º e 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, foi, por deliberação da Assembleia Municipal de Cuba, tomada em sua sessão ordinária de 29/04/2019, concedida autorização genérica para assunção de encargos plurianuais que resultem ou não de projetos, de ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e quando os seus encargos não excedam o limite de € 30.000,00 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos, motivo pelo qual a assunção deste encargo plurianual se considera autorizada. -----

Pelo exposto, deve V. Exª, Sr. Presidente, no uso da competência própria em matéria de estabelecimento e distribuição da ordem de trabalhos das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, remeter o presente assunto para deliberação pela Câmara Municipal na sua próxima reunião ordinária.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a minuta do contrato de arrendamento de um prédio sito em Faro do Alentejo, para aí instalar um armazém geral, destinado igualmente à realização de eventos festivos e culturais do Município e da Freguesia de Faro do Alentejo. -----

# 11. PROPOSTA DE ARRENDAMENTO DE PRÉDIO AO MUNICÍPIO DE CUBA. -----

Foi Presente à Câmara a Informação n.º 36/2019, do SAJAI, cujo conteúdo se transcreve:

“Foi-nos presente a proposta da IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A., para arrendamento do prédio das antigas casas de habitação do pessoal sito junto à estação de Cuba, que o Município pretende arrendar para aí instalar uma residência de estudantes, conforme plantas anexas. -----

O arrendamento será celebrado pelo prazo de 20 anos, eventualmente renovável por períodos de 2 anos, até ao limite de 2 renovações, com a renda mensal estipulada nos seguintes termos: -----

a) 1.º, 2.º e 3.º anos: € 100,00 (cem euros), acrescidos de IVA; -----

b) 4.º, 5.º e 6.º anos: € 150,00 (cento e cinquenta euros), acrescidos de IVA; -----

c) 7.º, 8.º e 9.º anos: € 200,00 (duzentos euros), acrescidos de IVA; -----

d) 10.º, 11.º e 12.º anos: € 250,00 (duzentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA; -----

e) 13.º, 14.º e 15.º anos: € 300,00 (trezentos euros), acrescidos de IVA; -----

f) 16.º ano e seguintes: € 350,00 (trezentos e cinquenta euros), acrescidos de IVA. -----

Está prevista a constituição de uma caução no valor de € 1.291,50 (mil duzentos e noventa e um euros e cinquenta cêntimos), um prazo de carência de 4 meses, para realização das obras de adaptação do espaço ao fim pretendido e é exigida a constituição de um seguro de responsabilidade civil, de valor a apurar aquando da elaboração da minuta do contrato de arrendamento. -----

O encargo plurianual resultante do presente arrendamento é de € 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos euros), mais IVA, acrescido da caução, no valor de € 1.291,50. -----

*Quid iuris?* -----

Determina a alínea g) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, que compete à Câmara Municipal adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes a Remuneração Mínima Mensal Garantida (ou seja, atualmente, até ao valor de € 530.000,00). -----

No caso concreto, não se trata de uma aquisição no sentido restrito do termo, entendida tal como compra, mas de um arrendamento, através do qual irá ser permitido o gozo temporário de determinado imóvel, mediante o pagamento, ao seu proprietário, de uma renda. -----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

De harmonia com o disposto no nº 1 do artº. 1067º do Código Civil (doravante CC), o arrendamento urbano pode ter fim habitacional ou não habitacional, sendo o primeiro o pretendido com o arrendamento *sub judice*, e não pode celebrar-se por mais de 30 anos, conforme especifica o artº. 1025º do mesmo código. -----

Atento ao prazo previsto de duração do contrato (20 anos), o mesmo está sujeito à forma escrita, nos termos estabelecidos no artº. 1069º do CC. -----

Tratando-se de um contrato que irá acarretar a assunção de encargos plurianuais, deve, em obediência ao disposto na alínea c) do nº 1 do artº. 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, a Câmara Municipal, ao abrigo da competência vertida na alínea ccc) do nº 1 do artº. 33º da Lei nº 75/2013, de 12/09, a Assembleia Municipal autorizar a assunção dos encargos decorrentes deste contrato de arrendamento que se prolongarão, em princípio, por 3 anos. -----

Por aplicação das normas constantes no nº 2 do artº. 11º e 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, foi, por deliberação da Assembleia Municipal de Cuba, tomada em sua sessão ordinária de 29/04/2019, concedida autorização genérica para assunção de encargos plurianuais que resultem ou não de projetos, de ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e quando os seus encargos não excedam o limite de € 30.000,00 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos, motivo pelo qual a assunção deste encargo plurianual se considera autorizada. -----

Pelo exposto, deve V. Exª, Sr. Presidente, no uso da competência própria em matéria de estabelecimento e distribuição da ordem de trabalhos das reuniões, consignada na alínea o) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, remeter o presente assunto para deliberação pela Câmara Municipal na sua próxima reunião ordinária.” -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a proposta da IP Património - Administração e Gestão Imobiliária, S.A., para arrendamento do prédio das antigas casas de habitação do pessoal sito junto à estação da CP de Cuba, para aí instalar uma residência de estudantes. -----

**12. SUBMISSÃO DE CANDIDATURAS CEI+ ( 1 VAGA) – AÇÃO SERVIÇOS GERAIS – JUNTAS DE FREGUESIA (CUBA/VILA RUIVA/FARO DO ALENTEJO/VILA ALVA). -----**

Foi presente à Câmara a Informação n.º 23/2019, do SASS, dando conta da intenção da autarquia de submeter no 2.º semestre do ano 2019 ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, 4 candidaturas no âmbito dos Programas Sociais - contrato emprego inserção +, pelas Juntas de Freguesia do Concelho de Cuba, ou seja, uma por cada entidade. Estas candidaturas têm a duração de seis meses, no entanto poderão as mesmas não começar todas ao mesmo tempo, envolvendo assim compromissos plurianuais. As mesmas serão feitas na área de serviços gerais, para uma só vaga. -----  
Mais se informa que será pretensão da Câmara Municipal de Cuba apoiar estas entidades nas despesas associadas a estas candidaturas. -----

Nestes termos somos a expor a despesa associada a uma candidatura: -----

Ano 2019: -----

- Bolsa mensal: 435,76 x 1 pessoa x seis meses ..... 2614,56 €

- Subsídio de Refeição: 4,77 € x 1 pessoa x seis meses ..... 601,02 €

- Seguro de acidentes pessoal p/ 1 pessoa:..... 125,00 €

A despesa efetiva é de: .....3340,58 €

Comparticipação da Câmara: -----

- Bolsa mensal: 435,76 € x 20% x 1 pessoa x seis meses ..... 522,91 €

- Subsídio de Refeição: 4,77 € x 1 pessoa x seis meses..... 601,02 €

- Seguro de acidentes pessoal p/ 1 pessoa:..... 125,00 €

A despesa a considerar em orçamento por candidatura/entidade é: ..... 1248,93 €

Despesa a considerar em orçamento para as 4 candidaturas CEI+: 1248,93 € x 4 Juntas de Freguesia = 4995,72€. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou submeter as candidaturas suportando os custos associados a cada uma delas. -----

Mais deliberou a Câmara, remeter para a Assembleia Municipal a proposta de aprovação de transferência de verba necessária à execução da mesma, de acordo com o art.º 25.º n.º 1 al. j) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.  
-----

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

### 13. INFORMAÇÃO ACERCA DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO DE CUBA". -----

Foi presente à Câmara a Informação n.º 14/2019, dos Serviços Financeiros enquadrando de acordo com o estipulado na alínea c) do nº2 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12

Setembro a situação financeira do município se retrata da seguinte forma: -----

Execução Orçamental: -----

- O total das Disponibilidades (Valores em numerário e depósitos em bancos) é de €133.961,23 à data de 30/04/2019;
- Os pagamentos efetuados à data de 30/04/2019 possuem o valor de € 1.555.444,86 para Despesas Correntes e €268.651,10 para Despesas de Capital. A despesa apresenta um grau de execução de 32,19% no que diz respeito a despesa corrente e 12,48% a despesa de capital;
- As receitas cobradas pelo Município à data de 30/04/2019 ascendem a €1.409.847,72, no que diz respeito à receita corrente, € 199.544,52 receita de capital. A receita apresenta um grau de execução de 27,71 % relativamente à receita corrente e 12,07% à receita de capital. Sendo a execução global de %. Encontra-se por cobrar €203.529,93 ;
- O saldo de execução orçamental à data de 30/04/2019 é de € 76.013,82;
- A cabimentação atingiu à data 92,89 % no que diz respeito a despesa corrente e 42,63 %, no que diz respeito à despesa de capital;
- Os compromissos assumidos no exercício em despesa corrente situam-se em € 3.523.965,33 e em despesa de capital €869.903,54 e representam relativamente ao orçamento corrigido 72,94% e 40,42 % respectivamente. No que diz respeito aos compromissos não pagos, ascendem a €2.569.772,91,sendo:
  - €1.968.520,47 - Despesa corrente
  - € 601.252,44 - Despesa capital
- Os compromissos assumidos relativamente a exercícios futuros ascendem à data a €1.174.301,09;

A faturação comunicada, não paga (dívida) à data de 30/04/2019 ascende a €519.707,28 ,sendo:

Despesa corrente : € 370.346,23

Despesa capital : € 149.361,05

Limites ao Endividamento:

De acordo com o estipulado na alínea b) do nº3 do artigo 52º da Lei 73/2013 de 3 Setembro:

"A dívida total das operações orçamentais do município e das entidades previstas no artigo 54º, da lei nº73/2013,não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores".

A dívida total das operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal

como definidos no nº1 do artigo 49º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. -----

Limite da dívida total para 2019:

Limite da dívida total 2019(1,5\*média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos) :

Receita corrente líquida 2016	Receita corrente líquida 2017	Receita corrente líquida 2018	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
4.681.638	4.718.520	5.014.338	14.414.496	4.804.832

**Limite da dívida total: €7.207.248**

Situação do Município em 01-01-2019 :

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.466.955,48	51.957,35	2.518.912,83	83.066,98	2.435.845,85

Situação do Município em 30-04-2019:

Total dívida terceiros	Contribuição SM/AM/SEL	Dívida total	FAM +Dívidas Não Orçamentais	Dívida Total Excluindo FAM +Op. Tesouraria
(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)
2.291.912,62	112.794,51	2.517.501,64	97.552,47	2.419.949,17

O montante da dívida das associações de municípios e da empresa municipal, que contribuem para o cálculo da dívida do Município, são: -----

AMCAL (participação de 22,05%): € 60.055,41 -----

AMGAP : € 0,00; -----

ANMP: € 1.242,54; -----

CIMBAL ( participação de 3,91%): € 51.496,56; -----

Centro de Estudos Diogo Dias Melgaz, Unipessoal ( participação de 100%): € 0,00 -----

Verifica-se que o Município se encontra numa situação de cumprimento em relação à dívida total. No que diz respeito à dívida conjunta foram tidos em consideração os montantes comunicados pelas entidades participadas relativos ao 1º trimestre de 2019.

*Pagamentos em atraso:* -----

De acordo com o estipulado, na Lei nº 8/2012, “a execução orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.” -----

No que diz respeito ao período em análise, não possui o Município pagamentos considerados em atraso. -----

Fundos Disponíveis: -----

Os Fundos disponíveis do período foram de: € 527.828,77, tendo sido absorvidos até

final do mês: € 526.941,43. -----

Equilíbrio Orçamental: -----

De acordo com o enumerado no nº2 do artigo 40º da Lei das Finanças Locais, o equilíbrio orçamental é apurado da seguinte forma: -----

“A receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de M/L prazo”. -----

No que diz respeito ao período em análise, o município encontra-se numa situação de desequilíbrio, caso se considere a amortização média anual pela totalidade: -----

Receita corrente bruta :€1.409.847,72 -----

Amortização média anual:€ 284.763,61 -----

Despesa corrente paga:€1.555.444,86 -----

Receita corrente bruta «= Despesa corrente + Amortizações médias de empréstimos € 1.409.847,72«=1.840.208,47, -----

Se efetuarmos o corte das amortizações ao período, a situação é de desequilíbrio e é a seguinte: -----

€ 1.409.847,72«=€ 1.650.366,06. -----

Do atrás exposto conclui-se:

1. No que diz respeito à dívida por cobrar verifica-se um aumento em relação ao saldo inicial em Janeiro de 2019. Deve ser reanalisada esta situação e adotadas medidas corretivas ,uma vez que em termos absolutos o aumento verificado é de €7.965,68.Os montantes em execução fiscal não tem diminuído encontrando-se alguns dos processos em análise nos serviços jurídicos, mas cuja análise se revela morosa; -----
  2. O município encontra-se à data com elevada execução orçamental da despesa corrente, no que diz respeito a cabimentos e compromissos, por força da execução orçamental e da lei dos compromissos cujo horizonte é de 6 meses; -----
  3. No que diz respeito à dívida total verifica-se uma diminuição da dívida em 0,65%; -----
  4. Não existem pagamentos em atraso; -----
  5. No que diz respeito à regra do equilíbrio orçamental, o Município encontra-se em desequilíbrio orçamental.-----
- A Câmara tomou conhecimento. -----

#### 14. ADENDA AO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A MODA – ASSOCIAÇÃO DO CANTE ALENTEJANO. -----

Foi Presente à Câmara a Informação n.º 4/2019, do GAD, cujo conteúdo se transcreve:

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte: -----

O protocolo supramencionado destina-se a disciplinar o apoio técnico e administrativo a prestar pela Câmara Municipal no âmbito da submissão pela MODA – Associação do Cante Alentejano, de uma candidatura ao Aviso nº ALT20-41-2019-14, “Património

Natural e Cultural”, com vista à obtenção de financiamento para a organização da II edição da Feira do Cante e Tradições, bem como o apoio financeiro a conceder, tendo o mesmo sido presente e aprovado em reunião de Câmara, no dia 20 de março do corrente. -----

A candidatura ao Aviso citado foi submetida no dia 30 de abril do corrente, estando neste momento a decorrer o processo de análise. -----

O evento candidatado reveste-se de um carácter inovador, aliando património material e imaterial, tendo como palco toda a vila de Cuba, ao ser dinamizado de forma desconcentrada por oposição aos eventos confinados num único espaço. Participarão na Feira do Cante e Tradições 2019 diversos grupos de Cante, bem como Grupos de Ação Local, representativos de todo o País e do estrangeiro, havendo lugar a espaços de aprendizagem e debate, manifestações de animação territorial diversas, mostras interativas de artesanato, ofícios tradicionais, gastronomia e vinhos. -----

O valor global do investimento previsto em candidatura foi de €71 412,27 euros (IVA incluído), sendo a contribuição máxima FEDER de €42 500. O financiamento privado previsto será de 28 912,27, o que corresponde a uma taxa de cofinanciamento de 59,51%. Submetida a candidatura, torna-se necessário definir e regular o apoio financeiro a conceder, fundamental para a execução do evento. -----

Assim, considerando o relevante interesse do Município na realização da Feira do Cante e Tradições 2019, tendo em conta o impacto esperado em termos de promoção do concelho, de valorização do seu património imaterial e construído, em especial do Cante Alentejano, de acréscimo de turistas e visitantes, e de aumento da visibilidade de Cuba enquanto destino turístico e, considerando que a MODA – Associação do Cante Alentejano não dispõe dos meios financeiros necessários para executar o evento, deverá a Câmara Municipal, nos termos das competências assinaladas, aprovar a proposta de adenda ao protocolo anexa. -----

Face ao exposto, cumpre-me concluir: -----

1.º - Nesta conformidade, deve V. Exª, no uso da competência vertida na alínea o) do nº 1 do artº. 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, submeter ao órgão executivo a presente proposta de adenda ao protocolo estabelecido com a MODA – Associação do Cante Alentejano para apreciação e votação. -----

2.º - Mais, cabendo ao Município a atribuição à MODA – Associação do Cante Alentejano de um apoio financeiro relativo à componente não financiada do evento, deve a Câmara solicitar aos serviços que procedam em conformidade no sentido da respetiva verba ser cabimentada e comprometida nos termos exigidos pela Lei n.º 8/2012, de 21/02, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, ambos nas suas redações atuais. -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a Adenda ao Protocolo que adiante se transcreve solicitando aos serviços que procedam em conformidade no sentido da respetiva verba ser cabimentada e comprometida nos termos exigidos pela Lei n.º 8/2012, de 21/02, e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06, ambos nas suas redações atuais. -----

**Adenda ao protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal e a MODA –  
Associação de Cante Alentejano**

O **Município de Cuba**, pessoa coletiva n.º 500 832 935, com sede na Rua Serpa Pinto, n.º 84, em Cuba, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Dr. João Manuel Casaca Português, portador do Cartão de Cidadão n.º 09892480, válido até 25/01/2020, e contribuinte fiscal n.º 204 474 183, conforme estatui a alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, adiante designado por "Primeiro Outorgante"; e

A **MODA – Associação do Cante Alentejano**, pessoa coletiva n.º 504 845 624, com sede na Rua de Beja, Antiga Escola Pré-Primária, em Cuba, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Exmo. Sr. José Francisco Ribeiro Roque, portador do Cartão de Cidadão n.º 06083614, válido até 30/07/2022, e contribuinte fiscal n.º 115 587 985, e pelos dirigentes Exmo. Sr. António Baptista Caixeiro e Exmo. Sr. Fernando Jorge Espinho Candeias, conforme previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º, conjugada com o n.º 5 do artigo 13º dos respetivos Estatutos, adiante designada por "Segunda Outorgante", É celebrada a presente adenda ao protocolo de 21/03/2019, que se consubstancia nas seguintes cláusulas: -----

**Cláusula Primeira**

**(Objeto)**

A presente adenda visa definir e regular as condições em que se desenvolve o apoio financeiro a conceder pela Primeira Outorgante à execução da Feira do Cante e Tradições por parte da Segunda Outorgante.

#### **Cláusula Segunda**

##### **(Obrigações do Primeiro Outorgante)**

A Primeira Outorgante obriga-se a:

- a) Efetuar uma transferência para a conta da Segunda Outorgante através do IBAN PT50 0035 0147 0005 2914 5306 9, prévia à execução do evento, no valor de 28 912,27 (vinte e oito mil, novecentos e doze euros e vinte e sete cêntimos), correspondente ao montante não financiado.
- b) Trinta dias após a execução da Feira do Cante e Tradições e, mediante apresentação detalhada de todas as despesas inerentes à sua dinamização, transferir para o IBAN da Segunda Outorgante o remanescente até completar o valor real de execução do evento.

#### **Cláusula Terceira**

##### **(Obrigações da Segunda Outorgante)**

A Segunda Outorgante obriga-se a:

Em caso de aprovação da candidatura, devolver para a conta da Primeira Outorgante o montante correspondente ao valor aprovado, logo que o mesmo lhe seja depositado.

Por estarem de acordo, corresponder à verdade e exprimir a vontade das partes, vai este protocolo ser assinado pelos outorgantes, que rubricarão todas as páginas e nele aporão o selo e carimbo em uso em cada uma, documento que será outorgado em dois exemplares de igual teor e valor, ficando cada um na posse dos outorgantes.

Paços do Município, 21 de março de 2019.

O Primeiro Outorgante, \_\_\_\_\_

A Segunda Outorgante, \_\_\_\_\_

-----

#### **15. APOIOS PARA MEDICAÇÃO. FARMÁCIA DA MISERICÓRDIA -----**

Informa o SASS que na reunião de Câmara de 14 de março de 2018, foi deliberado a atribuição dos apoios para medicação aos munícipes que o solicitaram e cumpriram os requisitos para tal. -----

Contudo, por força de alguns constrangimentos aos beneficiários abaixo descritos, não foi possível efetuar o pagamento à Farmácia da Misericórdia, através de cheque em nome dos mesmos, uns porque não sabem assinar e outros por mudança de residência, estes cheques, serão anulados, sendo as dívidas liquidadas diretamente à Farmácia da Misericórdia de Cuba, dos seguintes beneficiários: -----

Sr.<sup>a</sup> Maria Jacinta Pirote Carrilho Serpe, o referido apoio no valor de 98,81€ ( noventa e oito euros e oitenta e um centimos); -----

- Sr. José Macedo Martins, o referido apoio no valor de 98,73€ ( noventa e oito euros e setenta e três centimos); -----

- Sr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Nóbrega, o referido apoio no valor de 99,07€( noventa e nove euros e sete centimos); -----

- Sr.<sup>a</sup> Maria Augusta Piriquito Baião, o referido apoio no valor de 98,83€ ( noventa e oito euros e oitenta e três centimos); -----

- Sr. Domingos José Rosado, o referido apoio no valor de 99,44€ ( noventa e nove euros e quarenta e quatro centimos); -----

- Sr. Manuel João Mimoso Leão, o referido apoio no valor de 99,15€ ( noventa e nove euros e quinze centimos); -----

- Sr.<sup>a</sup> Maria João Alves Martins, o referido valor de 99,15€ ( noventa e nove euros e quinze centimos). -----

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar a atribuição dos apoios para a medicação, no valor de 693,18€ (seiscentos e noventa e três euros e dezoito centimos), através de cheques processados diretamente à Farmácia da Misericórdia de Cuba. -----

#### **16. APOIOS PARA MEDICAÇÃO. FARMÁCIA DE ALFUNDÃO. -----**

Informa o SASS que na reunião de Câmara de 14 de março de 2018, foi deliberado a atribuição dos apoios para medicação aos munícipes que o solicitaram e cumpriram os requisitos para tal. -----

Contudo, por força de alguns constrangimentos aos beneficiários abaixo descritos, não foi possível efetuar o pagamento à Farmácia Central de Alfundão, através de cheque em nome dos mesmos, porque não sabem assinar, estes cheques, serão anulados, sendo as dívidas liquidadas diretamente à Farmácia Central de Alfundão, dos seguintes

beneficiários: -----

- Sr. Manuel José Panasqueira Zorro, o referido apoio no valor de 100,00€ (cem euros);
- Sr. Alexandre Filipe Dias Cartaxo, o referido apoio no valor de 100,00€ ( cem euro ).

A Câmara, por unanimidade, deliberou determinar a atribuição dos apoios para a medicação ,no valor de 200,00€ (duzentos euros), através de cheques processados diretamente à Farmácia Central de Alfundão. -----

#### 17. BAAL 17 – COMPANHIA DE TEATRO. CANDIDATURA AOS APOIOS DO MINISTÉRIO DA CULTURAIS. DECLARAÇÃO DE APOIO. -----

Foi presente à Câmara a Declaração de Apoio assinada pelo Sr. Presidente, para efeitos de candidatura aos Apoio Sustentado Bienal 20/21 à DGARTES, da BaaL 17, manifestando o interesse na realização de teatro de rua na programação cultural da autarquia. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

#### 18. TERRAS DENTRO. PROPOSTA DE APROVAÇÃO DA COORDENADORA DO CLDS 4G DE CUBA. -----

Foi presente à Câmara a proposta da Terras Dentro, de designação da Técnica Superior Célia Chamorro Escrevente para Coordenadora do CLDS 4G de Cuba, pela competência e experiência que detém na Intervenção social. -----

A Câmara, por unanimidade, em sintonia com o art.º 10.º, n.º 5 alínea d) e art.º 12.º n.º 2 da Portaria n.º 229/2018, de 14 de agosto, ao abrigo do art.º 13.º do mesmo Normativo legal, deliberou aceitar a proposta apresentada pela Entidade Coordenadora Local da parceria - Terras Dentro. -----

-----  
**19. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A PEDRA ANGULAR E O MUNICÍPIO DE CUBA. 15.ª EDIÇÃO DO FESTIVAL TERRAS SEM SOMBRA 2019.** -----

Foi presente à Câmara o despacho do Sr. Presidente que legitimou a assinatura do presente protocolo de colaboração. -----

A Câmara, por unanimidade, de acordo com o disposto no n.º 3 do art.º 35 da Lei n.º 75/2013, de 12/09, designadamente: *“Em circunstâncias excecionais, e no caso de, por motivo de urgência, não ser possível reunir extraordinariamente a câmara municipal, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência desta, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade”*, deliberou ratificar o despacho do Sr. Presidente da Câmara. -----

-----  
**PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO.** -----

Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49.º Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: ---  
*“2 - Os órgãos executivos das autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto na parte final do número anterior”.* -----

Não se registaram intervenções. -----

Aprovação da ata: -----

Em conformidade com o art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para constar lavrou-se a presente ata que foi aprovada, em minuta, por unanimidade, depois de lida em voz alta na presença dos membros da Câmara, que a rubricaram. -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião pelas 10h30m. -----

E eu, José Francisco Ribeiro Roque, Coordenador técnico da Câmara Municipal de Cuba, designado para secretariar as reuniões do órgão executivo redigi a presente ata, que assino com o Senhor Presidente.

O Presidente da Câmara,

O Coordenador Técnico,

